

1

PENSAR EM ALTERNATIVAS: CAPITALISMO, SOCIALISMO E A POSSIBILIDADE DE OUTRO MUNDO

*Franz J. Hinkelammert**

Durante quase dois séculos, a alternativa ao capitalismo se chamava socialismo. Os movimentos socialistas surgem na primeira metade do século XIX e chegam à constituição da União Soviética depois da Revolução Russa de 1917. Depois da Segunda Guerra Mundial, constituem todo um bloco socialista mundial. Este bloco entra em colapso depois de 1989, com a queda do muro de Berlim. Com isso, todo o movimento socialista se enfraquece e se dissolve a ponto de perder toda importância política. Durante os anos 90 do século XX, ao se formarem novos movimentos alternativos ao capitalismo, estes deixam de falar do socialismo como sua meta. A palavra “socialismo” parece desgastada. O lema agora é: um outro mundo é possível. Mas não existe uma palavra para designar este outro mundo, tampouco existem estratégias formuladas de transformação. Tudo é procura.

Todavia, para analisar esta situação, convém partir deste primeiro conflito com o capitalismo, que foi levado a cabo em nome do socialismo. Por isso, começamos com o conflito entre capitalismo e socialismo.

Analisar a relação entre capitalismo e socialismo pressupõe localizar os dois conceitos na história moderna na qual surgiram. Já durante o século XIX, era comum falar da sociedade capitalista, com referência à sociedade

* Economista alemão radicado há 40 anos na América Latina; primeiro no Chile de Frei e de Allende e, depois, na Costa Rica. Seus estudos doutorais foram em Berlim com uma tese sobre os planos quinquenais soviéticos. Católico, desde os anos em que foi estudante se apaixonou pela teologia. Há 25 anos é colaborador do Departamento Ecumênico de Investigações (DEI) em São José da Costa Rica. Vem pesquisando a conjunção de economia e teologia com a convicção de que a economia, que é a ciência da produção da vida, só pode ser teológica.

que tinha surgido com a revolução industrial na Inglaterra do século XVIII. Tal denominação, “sociedade capitalista”, nada tinha de depreciativo, quando esta sociedade assim se referia a si mesma. É aquela sociedade constituída pelas relações produtivas baseadas na propriedade privada dos meios de produção e por um mercado conseqüente, interpretado como um grande automatismo.

O socialismo, porém, não começa como sociedade socialista, mas como movimento socialista dentro desta sociedade capitalista. Surge com a crítica a esta sociedade capitalista. O conceito “socialismo” aparece nas lutas sociais surgidas nesta sociedade capitalista, aspirando à criação de uma sociedade nova, capaz de ir além das forças destruidoras denunciadas pelo movimento socialista em sua crítica à sociedade capitalista.

No presente – desde 1989 – a sociedade capitalista emerge como a sociedade absolutamente determinante do mundo inteiro e se projeta como uma sociedade para a qual não existe alternativa. O socialismo, como sociedade alternativa, parece derrotado, e os próprios movimentos socialistas que existiam dentro da sociedade capitalista, estão extremamente debilitados. Em conseqüência disso, este capitalismo “sem alternativa” se impõe como um capitalismo sem limites. Por isso, embora durante o tempo da guerra fria tivesse sido um capitalismo de reformas, agora está presente como um capitalismo sem necessidade de reformas, capaz de derrotar qualquer movimento com perspectivas alternativas.

1. Os movimentos socialistas

Como os movimentos socialistas são movimentos contestatórios dentro da sociedade capitalista, eles se originam com a crítica ao capitalismo. São movimentos para os quais o pensamento teórico exerce um papel fundante, apesar de sua origem real ser a experiência da exploração vivida pelas camadas populares no sistema capitalista.

Os movimentos socialistas surgem a partir desta experiência. Na medida em que carecem de uma base teórica formulada, são, antes, movimentos populares espontâneos, muitas vezes eruptivos, que sempre são derrotados muito rapidamente. Trata-se especialmente dos movimentos anarquistas. O primeiro movimento desse tipo que chega a alcançar certa notoriedade, já nos inícios da sociedade capitalista moderna, é o movimento dos iguais de Babeuf, durante a Revolução Francesa. A este seguem os movimentos anarquistas do século XIX, que dominam os movimentos operários na primeira metade deste século. São movimentos de grande espiritualidade, sem capacidade de fazer política racional. Todavia, condicionam o ponto de partida para o aparecimento dos movimentos socialistas a partir da segunda metade do século XIX.

Estes movimentos socialistas formulam o protesto contra a exploração em termos teóricos. Aparecem, portanto, não só como força política, mas também estruturam esta força a partir de um corpo teórico elaborado que lhes permite colocar em foco uma sociedade alternativa para a sociedade capitalista. Por esse motivo, elaboram teorias da sociedade, da economia e da democracia. Esperam uma sociedade diferente e a formulam de modo que possam alcançá-la como força política. Elaboram um conceito de novas estruturas sociais. Contestam, portanto, a sociedade capitalista não apenas protestando, mas também recorrendo a formulações teóricas em todos aqueles campos em que a própria sociedade capitalista formulou – também teoricamente – suas estruturas.

2. Os paradigmas teóricos básicos

Desta forma, com os pólos *capitalismo* e *socialismo* desponta uma polarização de paradigmas teóricos constituintes. Isso aparece bem claramente na relação entre os paradigmas de seus teóricos fundantes, isto é, entre Adam Smith, de um lado, e Karl Marx, de outro. Como paradigmas básicos, estão em vigor até os dias de hoje. Vou resumir-los para poder apreciá-los em sua relação complementar.

O paradigma básico de Adam Smith pode ser resumido em dois enfoques teóricos que aparecem constantemente em sua obra. Trata-se de sua tese da “mão invisível”, de um lado, e de sua teoria do salário, de outro.

1) *A tese da “mão invisível”*. Smith sustenta que toda atuação no mercado capitalista realiza, de um modo não intencional, um interesse comum, na medida em que se orienta por seu interesse próprio. O interesse de todos está mais bem resguardado quando cada pessoa se comporta no mercado de tal maneira que não o leve em consideração intencionalmente. Segundo Smith, o interesse comum é realizado no mercado capitalista quando todos os participantes no mercado se esquecem dele. Trata-se de uma “mão invisível” que transforma a orientação individual pelo próprio interesse numa orientação não intencional pelo interesse comum. Aparece, então, a imaginação de uma sociedade na qual cada um serve ao outro, e o faz tanto melhor quanto mais se serve a si mesmo. A condição é que cada qual persiga seu interesse próprio *no* mercado capitalista, e não contra ele. É esta a magia do mercado¹.

1. “Ninguém, em geral, se propõe originariamente promover o interesse público, e possivelmente ainda nem sabe como o fomenta quando não tem tal propósito. Quando prefere a indústria doméstica à estrangeira, só tem em mira sua própria segurança, e quando dirige a primeira de forma que seu produto seja do maior valor possível, só pensa em seu próprio lucro; mas neste e em outros muitos casos, é conduzido, por assim dizer, por uma ‘mão invisível’ a promover um fim que nunca teve parte em sua intenção”. Adam Smith. *La riqueza de las naciones*. Barcelona: Editorial Bosch, 1983. Reproduzido por Uaca, São José, Costa Rica, 1986. Livro IV, capítulo II, seção I, tomo II, p. 191.

A análise se inverte para desembocar numa ética. Os valores institucionalizados do mercado – a propriedade privada e o cumprimento dos contratos – são representados como o único caminho realista para produzir instrumentalmente a situação ideal de uma sociedade que cumpre com o postulado do amor ao próximo. Trata-se da utopia total do mercado, que até hoje domina de uma maneira ou outra a ciência econômica burguesa da qual ela deriva seus valores.

2) *A teoria clássica dos salários*. Sua base é o conceito do valor de uso, quer dizer, de valores concretos sobre os quais a possibilidade de dispor deles é uma condição objetiva de vida ou de morte. O mercado coordena a produção e o consumo de valores de uso, isto é, de produtos que decidem sobre a vida ou a morte. Por isso, nesta teoria clássica dos salários, o conceito de subsistência e das necessidades exerce um papel central. Quem não consegue acesso à subsistência está condenado à morte. Ao distribuir os valores de uso produzidos, o mercado distribui oportunidades de vida. Quem não se integra no mercado, ou não pode fazer isso, é uma pessoa que sobra e está condenada à morte. Adam Smith sustenta que, por meio da oferta e da demanda de força de trabalho, o mercado decide sobre a vida e a morte. Se o salário sobe acima da subsistência, haverá operários em excesso, e estes se multiplicarão demais. Por conseguinte, o salário deve cair abaixo da subsistência para que os sobrantes possam ser eliminados. Esta é a harmonia do mercado, que regula inclusive a quantidade de seres humanos existentes para que sempre se possa conseguir um equilíbrio macroeconômico que permita haver tanta oferta de mão-de-obra quanto a demanda desta. O mercado realiza esta regulação pela fome, mediante o mecanismo da formação do salário, que é canalizado de tal maneira que a oferta e a demanda consigam sempre um preço de equilíbrio, tanto para os bens como para os seres humanos. Esta é a outra face da “mão invisível”².

São estes os pilares não só da teoria econômica de Adam Smith, mas de toda a economia política clássica burguesa³. A contradição é evidente. Se o interesse comum exige a eliminação de uma parte da comunidade, à qual se

2. “Numa sociedade civil, apenas entre as pessoas de classe inferior do povo a escassez de alimentos pode limitar a multiplicação da espécie humana, e isto não pode ocorrer de outro modo a não ser destruindo aquela escassez uma grande parte dos filhos que seus fecundos matrimônios produzem... Tal como acontece com as mercadorias, a escassez de homens regula necessariamente a produção da espécie humana: reanima-a quando anda lenta e a contém quando está animada demais. Esta mesma demanda de homens, ou solicitude e procura de mão-de-obra operária necessária para o trabalho é o que regula e determina o estado de propagação, na ordem civil, em todos os países do mundo...” Adam Smith, *op. cit.*, tomo I, p. 124 (livro I, capítulo VIII: Dos salários do trabalho. Seção II; p. 118-133).

3. Hayek, numa entrevista concedida em Santiago do Chile, continua declarando este mesmo princípio em termos atuais: “Uma sociedade livre requer certas morais que em última instância se reduzem à manutenção de vidas: não à manutenção de todas as vidas, porque poderia ser necessário sacrificar vidas individuais para preservar um número maior de outras vidas. Portanto, as únicas regras morais são as que levam ao ‘cálculo de vidas’: a propriedade e o contrato”. Friedrich von Hayek, entrevista em *El Mercurio*, 19/04/1981.

refere o interesse comum, este se torna contraditório pelo menos para aquela parte da humanidade ameaçada pela eliminação. Para ela não existe harmonia, mas ameaça.

Deste problema decorrem os movimentos de emancipação do século XIX, inclusive o movimento operário socialista, mas também a crítica marxista da economia política burguesa. O interesse comum, no qual se baseia a análise de Smith, é abstrato e destruidor. Não conhece direitos humanos, mas exclusivamente direitos mercantis, quer dizer, direitos de instituições. Para que o mercado viva como idéia abstrata, se destrói o ser humano. Da crítica de tais abstrações surge a concepção atual dos direitos humanos, no sentido dos direitos que o ser humano concreto tem e pode reivindicar diante das instituições e de sua lógica – em especial diante da lógica do mercado.

A crítica do capitalismo por parte de Marx responde às teses centrais mencionadas da economia política clássica burguesa. Podemos destacar dois planos da resposta:

1) *A crítica do capitalismo*. Marx faz esta crítica a partir da análise da reprodução da vida humana como condição da possibilidade da atuação econômica: a tendência à pauperização. Marx desenvolve esta tendência por inversão e ampliação dos enfoques de Adam Smith. Para isso, parte da constatação do fato destacado por Smith, de que o mercado cria sobrantes e os elimina. Todavia, conclui que, por causa disso, o mercado não cria harmonia, mas conflitos. Os ameaçados pelo mercado capitalista são objeto de uma luta de classes a partir de cima, a qual devem contestar com uma luta de classes a partir de baixo.

Marx usa também o conceito da “mão invisível”. Não nega que, em consequência dos efeitos não intencionais da ação humana, exista uma “mão invisível” que orienta o mercado. Entretanto, sustenta que estes efeitos não intencionais do mercado capitalista – vistos como automatismo do mercado – são harmônicos exclusivamente para uma minoria da humanidade, enquanto são destruidores para os demais. Trata-se simplesmente de uma inversão da análise de Adam Smith. Ela deriva da substituição do ponto de vista smithiano do interesse comum abstrato pelo interesse concreto dos seres humanos concretos. A análise dos fatos não muda, o que muda é sua interpretação: Marx insiste que um mercado que cria sobrantes e os elimina contém uma lógica destrutiva para o ser humano.

Todavia, ao inverter a análise de Adam Smith, Marx a amplia em dois sentidos. De um lado, afirma que a lógica do mercado que leva à produção de seres humanos sobrantes e à sua eliminação é uma lógica acumulativa e não, como acredita Adam Smith, uma espécie de óleo para a máquina do progresso, que desse modo pode girar até a eternidade. De outro lado, sus-

tenta que a lógica do mercado capitalista não só destrói a humanidade, mas também a natureza. Sua conclusão é a seguinte:

Portanto, a produção capitalista só sabe desenvolver a técnica e a combinação do processo social de produção destruindo pouco a pouco, ao mesmo tempo, as duas fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador⁴.

Por conseguinte, ao produzir as riquezas, o mercado destrói, em níveis cada vez maiores, as fontes de toda a riqueza: o ser humano e a natureza. Neste sentido, Marx afirma que o mercado contém uma tendência à pauperização, a qual é resultado de efeitos não intencionais da ação humana e conduz à destruição acumulativa do ser humano e da natureza.

2) *A superação do capitalismo pelo socialismo/comunismo*. Como resultado de sua análise da tendência à pauperização, Marx considera a superação do capitalismo como uma necessidade para a sobrevivência da humanidade. Como o mercado capitalista destrói a própria vida humana e a da natureza, a humanidade, se quiser sobreviver, forçosamente deverá superá-lo. Para Marx e para os movimentos socialistas que se baseiam em seu pensamento isso é óbvio. Apenas que a solução que ele propõe é tão instrumental como era a da economia política burguesa. Esta prometia a harmonia como resultado instrumental da imposição universal e homogênea do mercado capitalista – a grande utopia da sociedade burguesa; Marx a promete como resultado igualmente instrumental da abolição universal e homogênea não somente do mercado capitalista, mas também de qualquer mercado: a utopia do comunismo.

Disso resulta uma ética tão mecânica e instrumental como a ética burguesa. O ser humano realiza automaticamente os direitos humanos do ser humano concreto, enquanto consegue abolir as relações mercantis, substituindo-as por alguma “associação de homens livres”. Sem dúvida, é o que pensa Marx de forma menos mecânica do que posteriormente o faz a sociedade socialista soviética, mas seu pensamento já segue nesta direção. Segundo esta conceituação, a abolição das relações mercantis liberta o progresso técnico de suas tendências destruidoras e cria de forma concreta aquela harmonia que a economia burguesa promete de forma abstrata. Tal como na análise burguesa, também aqui se vê a política instrumentalmente como uma aplicação de uma técnica. Em vez do automatismo do mercado, temos agora o automatismo de sua abolição.

Desta forma, pois, os paradigmas do capitalismo e do socialismo são inversamente complementares, embora cada qual deles parta de um ponto de vista diferente. O paradigma do capitalismo parte do mercado para construir

4. Ver Karl Marx. *El capital*. México: FCE, 1966, p. 424.

sua utopia do mercado total idealizado. O paradigma do socialismo parte das necessidades do ser humano concreto para desembocar na idealização de uma sociedade sem mercado, com sua utopia do comunismo. Ambos prometem uma solução homogênea e universal para a totalidade da humanidade, e ambos vinculam sua solução à vigência de um progresso técnico ilimitado e irrestrito e à promessa de um esplendor futuro derivado de sua magia.

3. A sociedade socialista

A partir desta abordagem teórica de Marx, os movimentos socialistas se organizam para a tomada do poder e a mudança da sociedade. Quanto mais esta organização avança, mais precisam elaborar um conceito da sociedade a ser construída. Em Marx, a concepção desta sociedade é ainda de uma grande espontaneidade, pois ela apenas marginalmente concebe um planejamento central. Contudo, já antes da Primeira Guerra Mundial, a concepção da sociedade socialista se orienta quase exclusivamente pela idéia de um planejamento central. Isto já se vê bem claro em Engels e de modo mais evidente ainda em Lênin. A sociedade socialista se identifica com uma economia centralmente planejada. Isso leva à divisão do movimento socialista entre a corrente socialdemocrata de orientação “reformista” e a corrente comunista de orientação revolucionária.

Quando, com a Revolução Russa de 1917, surge a primeira sociedade que se proclama socialista, esta se organiza desde o começo em nome de um automatismo derivado da abolição das relações mercantis. De fato, nunca as aboliu, por ser impossível. Mas, a partir desta meta – sempre mais adiada para o futuro – ela legitima sua estrutura econômica e social, a qual utiliza o planejamento central da economia como seu *spiritus rector* de uma maneira inversamente correspondente à maneira com que a sociedade capitalista utiliza o automatismo de mercado como o centro de derivação de todas as suas decisões e valores. Desta forma, surge o planejamento total em nome da superação do mercado total. À homogeneização por parte do mercado seguia então a homogeneização por parte do planejamento.

Por isso, a história da sociedade socialista é a história de seu planejamento central. O planejamento é considerado como um processo automático que por inércia realiza os objetivos de humanização que o movimento socialista tinha traçado para si. Nesta linha, a sociedade socialista soviética entende o planejamento central, baseado na propriedade pública socialista, como alavanca que permite desencadear um progresso técnico ilimitado e irrestrito junto com a mobilização de toda a força de trabalho, para obter, no futuro deste progresso desencadeado, uma humanização de todas as relações humanas, como um produto automático desta dinâmica das forças produtivas. Por isso, a dinâmica do crescimento econômico é vista como o motor que – dirigido pelo planejamento central – integra a população inteira

numa corrida de crescimento econômico, cujo fruto automático e instrumental será a humanização da sociedade humana. Idealizando a meta deste processo, ela é concebida como comunismo⁵.

A sociedade socialista soviética alcançou grandes êxitos econômicos a partir desta organização da sociedade e de seu sistema de legitimação. Já na década de 60 do século XX, era a segunda potência industrial e militar mundial, e a guerra fria entre capitalismo e socialismo implicava a polarização do mundo entre duas superpotências: os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS).

Entretanto, a este auge se seguiu um rápido colapso, que se consumou no ano de 1989 com a queda do muro de Berlim. A industrialização bem-sucedida da URSS tinha sido uma industrialização que recuperava os avanços industriais dos países capitalistas de períodos anteriores. Todavia, desde a década de 60, ocorre nestes países uma nova mudança tecnológica, que o socialismo soviético não consegue seguir. Desta forma, a partir dos anos 70, caem seus índices de crescimento até chegar, na década de 80, a uma situação de paralisação econômica.

Os países socialistas executaram uma política de desenvolvimento a partir de um subdesenvolvimento prévio, que procurou realizar a integração econômica da população inteira por meio do planejamento central. Entretanto, na URSS aconteceu que esta integração mediante o pleno emprego levou à necessidade de ocupar mais mão-de-obra do que seria necessário segundo um critério capitalista. O resultado foi principalmente uma paralisação do crescimento econômico e a incapacidade de seguir o passo da revolução tecnológica que ocorria no Ocidente. Isso mostrava que a pressão para a exclusão de grandes partes da população se dava também aí. Ao não aceitar tal exclusão, se sufocava a dinâmica econômica. O fato é que dois trabalhadores ocupados num posto de trabalho planejado para apenas um não produzem mais do que um, ou até menos. Um cria obstáculos para o outro. O produto de ambos é menor do que seria o produto de apenas um. Pelo fato de o socialismo não aceitar a expulsão de partes da população da divisão social do trabalho – ou diante do fato de ser estruturalmente incapaz de aceitá-la – sufocava a dinâmica econômica.

Na medida em que a promessa de uma dinâmica econômica maior do que a do capitalismo constituía a base da legitimidade do socialismo, este viveu a crise dessa legitimidade. A própria população, cuja expulsão este socialismo tinha evitado, se revoltou. Assim, por exemplo, na Alemanha Oriental, os operários celebraram, no primeiro aniversário depois da queda do muro de Berlim, o desemprego como algo saudável, que apontava um futuro novo promissor. Posteriormente, quando ao desemprego se seguiu

5. Ver Franz Hinkelammert. *Ideologías del desarrollo y dialéctica de la historia*. Santiago/Buenos Aires: Editorial Universidad Católica de Chile/Paidós, 1970, 306 p. – *Crítica a la razón utópica*. San José: DEI, 1984, 275 p.

ram as tendências ao subdesenvolvimento – que hoje aparecem em todo o mundo ex-socialista e o estão transformando no quarto continente subdesenvolvido – sobreveio uma grande frustração junto com a incapacidade de pensar sequer algum futuro novo.

Isso não significava unicamente o fim dessa sociedade socialista, mas o fim de qualquer possibilidade de conceber uma alternativa para o capitalismo, em termos de uma sociedade alternativa com a pretensão de oferecer uma solução homogênea com instituições universais, para contestar por sua vez a pretensão universal de homogeneização do mundo inteiro por parte do sistema capitalista mundial baseada no mercado mundial.

4. A crise do capitalismo

Há uma semelhança evidente entre a concepção da sociedade socialista e a conceitualização que a sociedade capitalista faz de si mesma.

O socialismo soviético foi uma tentativa de solucionar a crise do capitalismo nos limites da conservação da civilização ocidental moderna. Realmente, ele constituiu uma grande alavanca para a extensão da civilização ocidental no mundo, cobrindo espaços econômicos tão grandes quanto a URSS e a China, um espaço em que vive quase um terço da população mundial. O socialismo soviético era a civilização ocidental em países nos quais o capitalismo não tinha sido capaz de promover a modernização industrial. O colapso do socialismo soviético revela, então, o fato de que a crise do capitalismo não é unicamente do capitalismo, mas da própria sociedade ocidental. E, na verdade, ao se inscrever na tradição da civilização ocidental e em sua modernidade, o socialismo soviético não pôde nem mesmo perceber o fundo da crise do capitalismo. Por esta razão, não pôde ser a alternativa para o capitalismo que pretendia ser e reproduziu em seu interior a mesma crise do capitalismo cuja solução procurava.

O colapso do socialismo soviético demonstra que este socialismo não era a alternativa necessária para responder à crise do capitalismo. A vitória do capitalismo, em compensação, mostra que a crise do capitalismo é a crise da civilização ocidental. Há grandes crises de reprodução da vida humana que estão em processo. Trata-se das crises da exclusão de partes cada vez maiores da população, da crise da convivência social e da crise do meio ambiente. Não existe nenhuma solução à vista a não ser por meio de mudanças essenciais do próprio sistema de acumulação de capital hoje vigente. A vitória do capitalismo somente veio piorar uma situação diante da qual o socialismo tampouco conseguiu uma solução válida. Por isso, a vitória do capitalismo foi como a vitória de Pirro, uma vitória aparente, na qual o vitorioso também é o derrotado. Superar a crise do capitalismo nos leva agora à necessidade de ir além da civilização ocidental e de sua própria modernidade. Por isso não pode ser uma volta ao que era a construção do socialismo.

Isso revela igualmente o limite da crítica do capitalismo por parte de Marx. Essa crítica é totalmente certa enquanto se refere ao capitalismo. O mercado capitalista, tratado como um automatismo de mercado, é um sistema de homogeneização universal de todas as relações sociais humanas, que subverte tendencialmente a vida humana e a da totalidade da natureza. Existe hoje uma consciência muito grande sobre este problema.

Contudo, o pensamento de Marx contém também um erro que o caracteriza em sua totalidade. Trata-se da convicção de Marx de que a civilização ocidental é capaz de superar o capitalismo para se realizar integralmente na nova sociedade socialista. Por isso opõe ao mercado capitalista um sistema de homogeneização universal pelo planejamento, que não podia senão reproduzir aquelas conseqüências que o próprio Marx havia criticado no sistema capitalista. Em vista disso, surgiu um sistema econômico que procurava o crescimento econômico com o mesmo afã destruidor que o capitalismo. Um sistema que, depois da produção de riqueza, destruía as fontes de produção de toda riqueza – o ser humano e a natureza. A contradição do capitalismo apareceu, pois, dentro do próprio sistema socialista.

Por conseguinte, trata-se na verdade de uma crise de civilização e não simplesmente das relações sociais de produção. Por esta mesma razão, a crítica do capitalismo feita por Marx recupera hoje toda sua força original. Apenas que se transforma numa crítica da própria civilização ocidental. A crítica não perde seu valor, volta a ter valor, mas a alternativa que agora dela resulta deve ser uma alternativa para esta civilização. Trata-se da alternativa para uma civilização que se desenvolveu em milhares de anos e que se impôs sem misericórdia ao mundo inteiro. Agora ela ficou vazia e ameaça a existência da própria humanidade.

Na atualidade, há muita consciência de que nos encontramos diante de uma disjuntiva deste tipo⁶.

Por esta razão, o que enfrentamos não é apenas uma crise do capitalismo, mas também uma crise do conceito fundante da modernidade. Trata-se

6. Hans Jonas. *Das Prinzip Verantwortung – Versuch einer Ethik für die technologische Zivilisation*. Frankfurt: Suhrkamp, 1984. Estas afirmações são muito afinadas com o último informe do Clube de Roma, cujo título é: *A revolução global* (The First Global Revolution), 1991. “Evidentemente, problemas globais não podem ser solucionados apenas por uma economia do mercado, se estes exigem um enfoque a longo prazo ou se se trata de problemas de distribuição. Além disso, aqueles problemas em que se fala de energia, meio ambiente, investigação básica ou tratamento equivalente (*fairness*) não podem ser solucionados unicamente pelo mercado. Estes problemas somente podem ser enfrentados pela intervenção do Estado, que se baseia em processos políticos e usa muitas vezes tanto mecanismos de mercado quanto instrumentos de um planejamento estatal”. “As forças que operam no mercado podem ter efeitos colaterais perigosos, pelo fato de não se basearem no interesse de todos”. “... o conceito (de uma economia sustentável a longo prazo) é utópico, mas vale a pena seguir seus passos. A sociedade sustentável jamais poderia resultar de uma economia mundial que confia exclusivamente nas forças do mercado, embora estas sejam importantes para manter a vitalidade e a capacidade inovadora da economia. Como já mencionamos, as forças do mercado só reagem a sinais a curto prazo”. Citado segundo a edição alemã, com tradução do autor. “Die globale Revolution”. Bericht des Club of Rome, 1991. *Spiegel Spezial*. Hamburgo, 1991.

do conceito da harmonia inerte entre o progresso técnico e o progresso da humanidade, mediatizada por um esquema institucional como o mercado ou o plano central. A crise do capitalismo se transformou numa crise da própria civilização ocidental.

Em conseqüência disso, em seus termos tradicionais, se desfaz a polarização entre capitalismo e socialismo. Tratava-se de dois pólos, ambos inscritos numa civilização ocidental – a modernidade – com a pretensão de um sistema institucional de homogeneização universal que podia harmonizar, *a priori* e por princípio, o progresso técnico e a humanização das relações sociais. Contudo, com a crise atual do capitalismo, que não foi resolvida pelo colapso do socialismo, aparece a crise desta mesma modernidade e de suas homogeneizações universais. A seguir, em vez da polarização capitalismo/socialismo, surge outra, que é capitalismo/vida, capitalismo/sobrevivência da humanidade. Só que capitalismo tem agora um sentido mais amplo do que tinha na crítica de Marx ao capitalismo. Implica a civilização ocidental, a modernidade e a aspiração a sistemas institucionais de homogeneização universal de todas as relações humanas. Por isso, implica igualmente o próprio socialismo, tal como este surgira com as sociedades socialistas na tradição soviética.

Este é igualmente o fim do universalismo abstrato, propiciado pela modernidade. Trata-se do universalismo dos sistemas de homogeneização universal, tanto na linha do capitalismo quanto do socialismo⁷. Entretanto, não é o fim do universalismo ético. Este retorna agora como um universalismo do homem concreto, que, em nome da vida humana e da natureza, reivindica a legitimidade de questionar qualquer sistema de homogeneização universal, justamente para relativizá-lo em função da vida concreta do ser humano e da natureza⁸.

5. A sociedade em que caibam todos e os projetos de transformação

Em muitas partes da América Latina, aparece a referência ao outro mundo possível com um nome que efetivamente se coloca no lugar do que era o socialismo como meta anteriormente. Fala-se agora da sociedade na qual caibam todos os seres humanos, mas igualmente a natureza externa ao ser humano. Trata-se ao mesmo tempo da concepção de um mundo no qual cabem muitos mundos e diferentes culturas. Este imaginário aparece pri-

7. São sistemas megalômanos. Esta megalomania chegou na atualidade a marcar o mundo inteiro. Nunca existiu um plano tão megalômico como o atual ajuste estrutural, em nome do qual se devasta toda a terra.

8. Ver Franz Hinkelammert. *El mapa del imperador – Determinismo, caos, sujeto*. San José: DEI, 1996.

meiro com os zapatistas no México, mas foi assumido em muitas outras partes da América Latina. Expressa esse humanismo concreto diante das homogeneizações pelos humanismos abstratos.

Com efeito, é preciso anunciar este imaginário que, digamos assim, é utópico. É preciso anunciá-lo, porque complementa o lema que foi pronunciado nos grandes encontros de Porto Alegre do Fórum Social Mundial: Outro mundo é possível.

Que seja possível um outro mundo é a resposta necessária ao mundo dominante de hoje com sua afirmação de que não existe alternativa. O crescente vazio do sistema dominante da estratégia da globalização se revela precisamente no fato de que sua única forma de legitimar-se é a afirmação absurda de que não há alternativa. A resposta não pode ser senão: outro mundo é possível. Mas também esta resposta pode ser esvaziada, se não dissermos que mundo é este que dizemos ser possível. Pode haver a possibilidade de mundos até piores do que o mundo atual com que nos defrontamos.

Por isso, é preciso dizer de que mundo se trata: um mundo no qual caibam todos. Isto não significa que qualquer coisa caiba nele. Justamente para que caibam todos e todas, há muita coisa que não cabe. Particularmente, não cabe a atual estratégia de acumulação de capital, que os governos dos países dominantes impõem por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM). Para que todos caibam, esta estratégia deve ser excluída.

Assim sendo, podemos efetuar a crítica ao sistema vigente a partir do imaginário do mundo no qual todos caibam. Isto dá a dimensão da crítica e mostra uma orientação. Trata-se do mundo para o qual é preciso caminhar. É o mundo que o sistema dominante torna impossível. É o mundo que este sistema chamado de globalização exclui. Mas é o mundo para o qual devemos caminhar para podermos continuar vivendo. Por isso, o mundo no qual caibam todos os seres humanos – e a natureza igualmente – é uma exigência. De fato, expressa uma ética que hoje se impõe, se a humanidade quiser sobreviver. É a ética do mundo sustentável.

Mas não é um projeto de sociedade, pois não tem um projeto de um sistema de instituições – sistema de propriedade, sistema político, sistema social – para implantar em função de uma sociedade em que todos caibam. Dá o critério para a constituição de instituições e um critério para criticá-las sob sua luz, mas é antes a exigência de constituir tal sistema de instituições, que permita que todos caibam. É isso que faz a diferença com o imaginário anterior do socialismo. O socialismo se entendia como sistema de propriedade pública, da mesma forma como o capitalismo se entende como sistema de propriedade privada. Por isso, não deixam liberdade diante da constituição das insti-

tuições. Elas são deduzidas de princípios abstratos, dando lugar a um humanismo abstrato que, em última análise, destrói a própria humanidade.

Por isso, um projeto correspondente ao imaginário de uma sociedade na qual caibam todos não pode ser nunca um projeto definitivo de instituições definitivas. Contudo, deve executar em forma de projeto uma transformação tal das instituições, do sistema de propriedade e do sistema de mercado bem como do Estado, de modo que dêem lugar a todos. Tal projeto de transformação não é um programa de governo, mas o projeto em função do qual se devem e se podem exercer pressões para se chegar a negociar programas de governo que assumam o projeto em geral ou parcialmente. Vale isso igualmente para medidas como o imposto Tobin. É preciso integrá-los em projetos de transformação e podem ser passos para se fazer pressão na direção destes projetos. Como medida isolada dificilmente cumprem o que prometem.

É evidente que um projeto deste tipo propõe algo que, sob as atuais relações de poder, se torna completamente impossível. Entretanto, isto não muda em nada a necessidade real e urgente de projetos deste tipo. Apenas significa que, com as atuais relações de poder, é totalmente impossível garantir um desenvolvimento sustentável para a humanidade. Todavia, se isso é impossível, então não é possível deter o atual processo de destruição da humanidade e da natureza. As relações de poder programam, por isso, o suicídio coletivo da humanidade e declaram a impossibilidade de se opor à paranóia.

Mas, por isso mesmo, projetos deste tipo não são utópicos, mas os mais realistas. A impossibilidade atual de projetos deste tipo significa, em última instância, a impossibilidade do realismo político hoje. Na atualidade, são impossíveis de fato; não obstante, o que hoje de fato é impossível nem por isso é utópico. Na Antiguidade, por exemplo, era impossível para o ser humano voar, mas nem por isso era utópico. A utopia é a imaginação de um estado de coisas cuja realização imaginada se encontra fora da condição humana. É necessário conceber utopias, pois sem elas não seria possível conhecer os limites da condição humana. Elas, porém, não são factíveis por si mesmas. Um projeto de solução institucional, por outro lado, é algo diferente. Sua realização pode ser impossível de fato, mas assim sucede porque há seres humanos e poderes que resistem a esta realização. Neste sentido, é factível, embora ao mesmo tempo seja impossível de fato. Quer dizer, sua impossibilidade de fato é uma impossibilidade humanamente produzida, a qual precisamente por isso é também modificável. As utopias, pelo contrário, vão muito mais além. Isso vale, por exemplo, para as utopias da abolição do Estado, do dinheiro e do mercado ou do matrimônio, para mencionar a tríade anarquista. Ainda que os seres humanos da terra quisessem sua realização, continua sendo impossível torná-las realidade, pois vão além da própria condição humana. Em termos realistas, sua realização só se pode imaginar em termos religiosos.

Para os projetos institucionais de transformação, por outro lado, isso é completamente diferente. Serão possíveis, se os seres humanos e os poderes se propuserem realizá-los. Podem ser impossíveis de fato, apesar de ser possível torná-los possíveis.

Nessa perspectiva, a política não é simplesmente a arte do possível. Hoje é preciso concebê-la mais como a arte de tornar possível o que é impossível de fato. Por isso ela encerra um conflito que não se pode evitar enquanto existirem poderes que tornam impossível o que é necessário fazer para que a humanidade e a natureza possam continuar existindo. É necessário enfrentar este conflito, uma vez que este tipo de conflitos não pode ser solucionado negando-se sua existência. Trata-se de um conflito na perspectiva de um desenvolvimento sustentável em prol da vida da humanidade, do qual, na atualidade, estão conscientes partes importantes da sociedade civil e que é assumido por elas. Assumi-las, contudo, pressupõe assumir a sociedade na qual caibam todos como o horizonte imaginário de toda transformação.

É importante ter consciência do fato de que se precisa conceber projetos de transformação, apesar de serem de fato impossíveis. O impossível de fato devemos torná-lo possível. Entretanto, só podemos tornar possível um projeto concebido antes de empreender sua realização. O que não foi pensado e concebido tampouco podemos torná-lo possível; embora o fato de termos concebido uma solução de nenhum modo garanta sua realização.